

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CPLC

Paranaguá/PR, 01 de março de 2024.

SAP nº 1000000020

INTERESSADOS: GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO – GADM/DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF/ DIRETORIA JURÍDICA -DJU.

ASSUNTO: Contratação de 07 (SETE) vaga para participação no “Seminário Excelência nas Contratações das Empresas Estatais – Estatais 2024.

Trata-se de requerimento oriundo da Gerência de Administração, vinculada à Diretoria Administrativa e Financeira, tendo como objetivo a contratação de 07 (sete) vagas de participação no “Seminário Excelência nas Contratações das Empresas Estatais – Estatais 2024”, a ser realizado nos dias 08, 09 e 10 de maio de 2024, em Brasília, DF. O evento é organizado e realizado pela EXCELÊNCIA EDUCAÇÃO E ENSINO LTDA, conforme Termo de Referência e demais documentos anexados pelo setor demandante.

A Lei Federal nº 13.303/2016 em seu Art. 30 dispõe:

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

II – Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CPLC

Por seu turno, o Regulamento de Licitações e Contratos da APPA traz em seu bojo as mesmas diretrizes no art. 77, II, “f”, citado no item 12 do Termo de referência.

O valor do investimento para os 07 (sete) colaboradores é de **R\$ 25.270,00 (vinte e cinco mil, duzentos e setenta reais)**, a serem pagos à **EXCELÊNCIA EDUCAÇÃO E ENSINO LTDA.**, CNPJ: **26.855.539/0001-16**, conforme proposta comercial anexada ao processo e item 8 (oito) do Termo de referência.

Atendendo ao disposto na O.S. 109/2021, ao analisar o contido no protocolo apresentado, o mesmo atendeu satisfatoriamente o determinado no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA, fornecendo subsídios para a tramitação regular do presente feito. Assim, encaminhamos ao CSUPR para as medidas cabíveis, atentando que os documentos anexados pelo setor demandante referentes ao fornecedor não se encontram traduzidos.

Após à Diretoria Jurídica - DJU para parecer quanto a regularidade e legalidade do procedimento de inexigibilidade de licitação para contratar o objeto.

Ângelo Geraldo Bochenek

Coordenador de licitações - COLIC